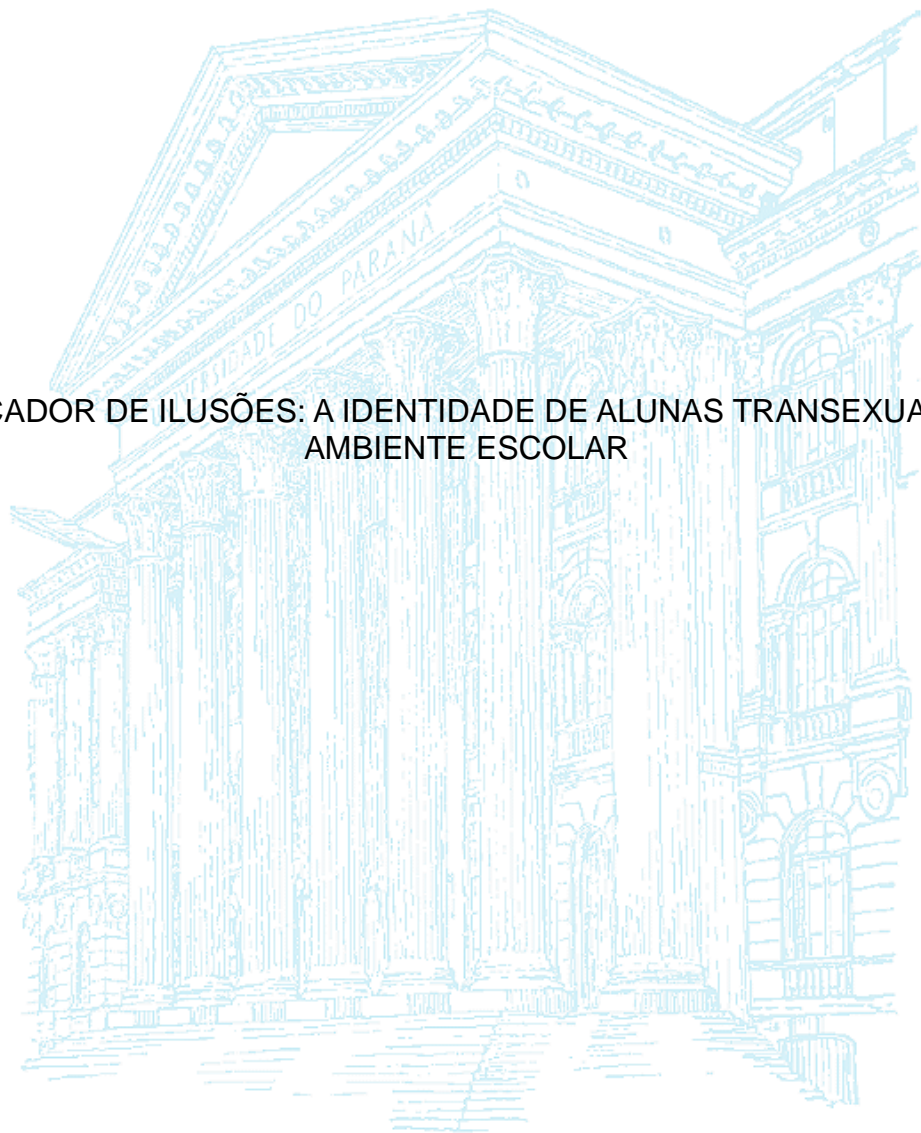


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SÉRGIO RICARDO DE OLIVEIRA

PESCADOR DE ILUSÕES: A IDENTIDADE DE ALUNAS TRANSEXUAIS NO
AMBIENTE ESCOLAR



SÃO PAULO
2016

SÉRGIO RICARDO DE OLIVEIRA

PESCADOR DE ILUSÕES: A IDENTIDADE DE ALUNAS TRANSEXUAIS NO
AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós- Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Prof^a. Me Luize Bueno
de Araujo

São Paulo
2016

PESCADOR DE ILUSÕES: A IDENTIDADE DE ALUNAS TRANSEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR.

¹Sérgio Ricardo de Oliveira; ²Luize Bueno de Araujo.

¹Bacharel em Teologia pela FTBABC, Licenciado em História pela UNIABC, Especialista em Patrimônio Histórico Cultural pela UNIABC; Aperfeiçoamento em Prevenção do Uso de Drogas Para Professores de Escolas Públicas pela Universidade Federal de Brasília. prof.srdoliveira@gmail.com

²Mestrado em Comportamento Motor pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. luizebueno@hotmail.com

RESUMO: Este artigo abordou a necessidade da construção de identidade do transexual no ambiente escolar e sua condição no mesmo, bem como as diferentes visões e impactos de tal realidade. Assim, construir um campo de luta, como a escola originariamente o é, e conquistar a esses (as) alunos (as) e fazer com que aprendam as possibilidades e condições ofertadas de maneira igualitária a despeito de suas orientações e identidades sexuais, atendendo ao princípio de dignidade à pessoa humana. O campo de estudo foi uma escola da rede pública estadual de São Paulo, na capital paulista, visando compreender a dinâmica existente na unidade escolar, a qual se estende por toda a rede estadual, tendo como objetivo o estudo da relação de gêneros e diversidade sexual no ambiente escolar e suas implicações para a formação socioeducativa dos (as) alunos (as), na compreensão destes e dos (as) professores (as) e do papel a ser desempenhado nesta formação e no desenvolvimento de políticas educacionais dentro da unidade escolar, pautado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, na qual tais alunos (as) são tratados (as) com discriminação, por parte de docentes e da própria gestão, que não orientou nenhuma das partes envolvidas, bem como dos discentes, que em momento algum são preparados para recepção e convívio com as diferenças, mostrando um ambiente, em partes, agressivo e nocivo à convivência, conforme verificado nesta pesquisa.

Palavras-Chaves: Educação; homofobia; identidade; inclusão; transexual.

ABSTRACT: This article has analyzed the necessity of identity construction of transgendered people in the school environment and their condition as a being in the same place, as well as different approaches and side effects of the mentioned environment. Thus, provide a battlefield, as much as school originally is, and an accomplish environment to these students and make them understand the equality in the possibilities and offered conditions despite their sexual orientation and identity, taking into account the principle of human dignity. The field study was a public school maintained by the State of São Paulo, in the capital of the State, aiming to understand the dynamics in that particular campus, which comprises the entire chain of public schools, focusing on the study of gender and sexual diversity in the school environment and its

importance to the social-educative reference for students, for their comprehension as much as the teachers' and its role in the decision-making and development of educational politics in the referred school, supported by Educational Politic Project the of the school, in which such students are treated with discrimination on the part of teachers and the management itself, which is not directed any of the parties involved, as well as students, that at no time are prepared to receive and familiarization with differences showing an environment in parts, aggressive and harmful to living, as seen in this study.

KEYWORDS: Education; homophobia; identity; inclusion; transsexual.

INTRODUÇÃO

Como se deve enxergar um (a) aluno (a) na escola? Como entender suas limitações e dificuldades no aprendizado e como auxiliá-lo (a) no seu desenvolvimento educacional? Estas e outras questões tão pertinentes, que envolvem a vida de cada aluno (a) na sua educação formal, estão sempre presentes e latentes e, a cada dia, são debatidas de forma sistemática por escritores (as), críticos (as), educadores (as). Mas pouco, muito pouco, se fala sobre a construção de identidade e da inclusão de alunos (as) gays, lésbicas, bissexuais e transexuais (LGBT) nas escolas. Estes últimos com um cenário ainda pior e mais cruel.

Este trabalho tem como foco tratar da questão da diversidade de gêneros dentro da escola estadual de maneira a trazer à tona as diversas questões que envolvem o tema, bem como as possibilidades de se ampliar o estudo da questão do gênero e diversidade na escola.

O que se deseja é despertar, ainda mais, a comunidade escolar e a que a circunda, quanto à importância da ampliação da visão e uma boa compreensão do que é diversidade e quem são os que vivem e convivem no mesmo ambiente, de uma pessoa com uma opção de gênero que não se alinham à heteronormatização (BRITO, 1968/69; COSTA, 1994; DINIS, 2008) imposta por um sistema arcaico e preconceituoso. Assim, romper, por meio desta ampliação e compreensão do tema, os comportamentos preconceituosos que se estabelecem dentro de uma sociedade.

Desta maneira, espera-se que este trabalho contribua com a construção da identidade (BONELLA, 2012; CAVALCANTI, 2010; HALL, 2006; MIGUES,

2011) e com a luta contra todos os “ismos” aos quais as pessoas que integram o grupo LGBT estão expostas e contra as agressões, físicas, psicológicas, emocionais e morais (FOUCAULT, COSTA, 1994) a estes impostas de forma tão cruenta. Ao tratar especificamente sobre a transexualidade na escola, foi encontrado apenas o artigo de Alexandre Bortolini, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que buscou tratar a aceitação de alunos (as) transexuais no ambiente escolar da cidade do Rio de Janeiro, por meio de pesquisa direcionada e quantitativa. O que mostra a falta de trabalhos que foque a questão da transexualidade da escola.

Que este trabalho contribua à igualdade.

MÉTODO:

Este artigo foi desenvolvido dentro de uma atmosfera dialética e crítica, para isso empregou-se o recurso da entrevista semidirecionada, para a qual foram elaboradas dez perguntas (Anexos 1 e 2), feitas a professores (as) e alunos (as), que serviram de norte, um direcionamento, já que o objetivo final era que eles expusessem suas opiniões espontaneamente, como de fato ocorreu. Visto no começo do ano letivo existirem duas alunas trans na escola e uma delas, do ensino fundamental II evadiu. Fugindo aos padrões utilizados, foi realizada entrevista com uma aluna, que trouxe novas informações sobre outra, evadida devido às condições a que foi exposta, e que não seguiu os mesmos critérios, pois a mesma não dispunha de tempo, o que levou a uma conversa informal sobre a ex-aluna, mas que deu luz a muitos questionamentos existente até o momento.

Para que as entrevistas fossem realizadas, os participantes preencheram um termo de consentimento livre e esclarecido para uso exclusivamente científico de suas entrevistas e imagem, sem que lhes fossem atribuídos ônus ou bônus pela utilização das informações prestadas.

As entrevistas foram todas transcritas, visto não ser permitido o uso de recursos eletrônicos, sob a alegação de “cunho legal”. Assim, as mesmas estão arquivadas para consultas e ampliação da pesquisa.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico foi feita “in loco”, por não ser permitida a retirada do mesmo para cópia, sendo a análise realizada na sala dos (as) professores (as).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Foram entrevistados/as, de fato, 5 professores (as), sendo 2 mulheres e 3 homens, com idades entre 30 e 50 anos, aproximadamente. Dentre os (as) alunos (as) entrevistados, em torno de 18, têm faixa etária variando dos 14 aos 17 anos, 10 meninos e 8 meninas, e outros 15 com idades entre 18 e 55 anos, dos quais 11 são mulheres e 4 homens.

IDENTIFICANDO OS MARES:

Identidade é o valor primário de todo indivíduo. Dela emana toda a estruturação do caráter, personalidade e o modo de ser e de se ver o mundo; a identidade se constrói a partir das relações estabelecidas com o meio e com outras pessoas. Michael Pollak (1992, p. 208) aponta que, na construção da identidade, é preciso levar-se em conta três elementos essenciais:

a) - a unidade física b) - a continuidade dentro do tempo e, c) - o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

O sentimento de pertencimento, a sua inserção em um ambiente e a relação de diferença do outro, são as bases da construção deste bem que o indivíduo levará por toda sua vida, por todos os lugares por onde passar, pois, como bem destaca o professor Antonio Nóvoa (2008, p. 25):

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto [...] Ela é um lugar de lutas e conflitos, um espaço de construção de maneiras de ser e estar [...]

À luz de tudo isto, onde se enquadra a escola? Qual o seu papel na formação ou na manutenção das identidades de seus alunos e alunas? Segundo Souza (1980, p. 2):

Talvez a mais institucionalizada, mais rigidamente estruturada e destrutiva forma de manipulação do potencial humano se encontre na educação, onde o controle, o medo e a intimidação da experiência são inculcados na própria essência e estrutura do sistema, desde o jardim de infância até às escolas superiores.

Ao se falar de construção e manutenção da identidade, o papel da escola não pode ser estereotipado, heteronormatizado e definido como o único caminho a ser seguido por todos (as) de maneira vaga e obsoleta. Se assim se constituir a formação educacional será uma formação de destruição da identidade de indivíduos, que não se enquadram neste modelo, e da possibilidade da edificação de uma sociedade igualitária e humana.

Se a identidade é o maior bem que o indivíduo possui, deve ser a escola seu maior aliado na construção e manutenção deste bem, sendo fundamental a escola construir um ambiente de inclusão, de debate dialético, de aceitação da pluralidade e respeito.

ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP):

Se a escola deve ser berço e guardião da construção e da manutenção da identidade do indivíduo, estruturando a inclusão e aceitação da pluralidade dentro do debate dialético e respeitoso, isto deve constar no seu DNA, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Ao analisar o PPP da escola onde este trabalho foi construído, não é possível encontrar uma única linha que trate da inclusão de alunos (as) que pertençam ao movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais).

O documento trata de inúmeras áreas da educação formal e da inclusão de pessoas que possuam alguma deficiência física, motora, auditiva ou mental, por força da lei 13.146/2015 que determina:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos

direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Há proposta pedagógica para se estruturar, difundir, incluir e facilitar o acesso aos povos indígenas e afrodescendentes, bem como a difusão de suas culturas dentro do currículo escolar, por constituírem material de formação da cultura brasileira, por força da lei 10.639/2003 que leciona:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A; 79-A e; 79-B:

Art. 26º A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79º B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

A análise do PPP da escola revela não só o abandono pedagógico e de inclusão dos alunos (as) LGBT como, também, não oferece qualquer mecanismo que facilite a vivência e a convivência destes alunos (as) no ambiente escolar. Não há, neste documento, qualquer abertura à proteção e incentivo à permanência e continuidade destes alunos (as) em tal espaço.

Um exemplo deste quadro se revela no fato de no início deste ano haver duas alunas transexuais na escola, sendo que uma cursava o ensino fundamental e a outra o ensino médio, na Educação de Jovens e Adultos (EJA). As perseguições impostas à aluna do fundamental foram superiores a sua capacidade de resistir, o que culminou em seu abandono escolar.

A ausência de parâmetros que fundamentem o cotidiano e a convivência aos alunos (as) LGBT cria um hiato sociocultural entre a escola e as políticas contra a segregação e homofobia no Brasil e no mundo. O que nos leva a pensar no papel da escola como guardião da construção e manutenção da identidade dos indivíduos, ao ponto em que se dar importância ao estudo da homossexualidade, dentro de nossas escolas, na realidade brasileira, é, entre outras coisas, ter a possibilidade de desvelar a gênese do preconceito em

nossa sociedade, contribuindo de forma decisiva e definitiva à intolerância e crueldade contra os homossexuais.

NAVEGANDO EM MARES ESCUROS E SEM RUMO:

Diante da falta de normas que garantam o mínimo de comodidade e segurança às alunas transexuais e demais membros da comunidade LGBT, no PPP da escola, tentou-se falar com a gestão sobre o tema, mas a busca de contato para sugestão de via de comunicação, que possibilitasse a abordagem do tema e seu debate, foram nulas, visto a gestão simplesmente não tratar do assunto.

As alegações foram de não ter tempo para o debate e fornecimento de informação, até supostas reuniões na Diretoria de Ensino (DE). Como nenhum dos membros da equipe gestora foi autorizado a falar, ou não se dispôs a tal, mais uma vez, se firmou o total desprezo aos alunos (as) LGBT. Não apenas desprezo, mas, principalmente, falta de consideração à pessoa de cada aluno (a) que compõem o corpo discente da escola.

Este quadro tão infeliz traz a tona a seguinte frase de Sharon Welch (2011, p 29):

“É opressivo ‘libertar’ as pessoas, se sua própria história e cultura não servem como fonte fundamental de definição de sua liberdade”.

A Frase de Welch (2011) ganha um peso ainda maior diante deste quadro quando se traz à tona o sentido do programa “Brasil Sem Homofobia” (2004), do governo federal. Este programa tem como objetivo promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência referente aos temas homossexualidade e transexualidade ao centro do processo de formação de alunos (as) e educadores (as), à luz dos direitos humanos sexuais.

Porém, a postura da equipe gestora revelou um total abandono ao espírito desse programa, uma alienação socioeducativa por ele ministrado, o que agiganta a tese de Molina (2011, p 29 – 30) quando afirma que:

Por isso, ainda vivenciamos um período no qual o ambiente escolar e sua equipe não sabem lidar com a diversidade sexual de seus alunos ou membros dessa comunidade, como: professores,

diretores, pedagogos, etc., resultando desse fenômeno uma grande porcentagem de evasão de alunos por se sentirem discriminados.

PESCANDO EM MARES SILENCIOSOS:

Como foi frustrada a tentativa de contato com a gestão da escola e o quadro ficou irreconciliável e intratável, buscou-se dar rumo à pesquisa indo à caça de informações com entrevistas com aqueles que estudam nas mesmas salas das alunas transexuais.

No caso da aluna do ensino fundamental, a maior curiosidade ficou centrada no motivo, ou motivos, que a levou a abandonar os estudos, segundo aquilo que podiam falar, visto estarem diariamente com a aluna (por se tratarem de alunos (as) menores de idade será mantido o anonimato e os relatos traduzidos dentro do texto).

A turma foi unânime ao revelar como a crueldade pode ser disfarçada das mais diversas formas e com diferentes máscaras. O motivo utilizado, por uma professora, relatado pelo grupo, para tornar a vida da aluna uma agonia torturante, refere-se ao uso de um perfume em sala de aula, o que foi confirmado pela docente em conversa informal. Para a professora, o odor do perfume era tão insuportável a ponto de expor a aluna ante toda a sala, sem pudor ou consideração ao previsto na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e Adolescente - ECA) art. Nº 232, ou qualquer outra legislação vigente.

A pergunta que surgiu foi “por quê?”.

Segundo os alunos da sala, a menina não era bem vista, e/ou quista, pela maioria dos professores (as) e, toda vez que se pronunciava, era ignorada ou agredida. De novo a questão, “por quê?”. Um silêncio se fez e, em seguida, um aluno respondeu e todos concordaram:

“Porque ela é menino, professor. E isso atinge, em cheio, a maioria dos professores.”

De fato, atinge. Tanto é que não suportou a pressão que lhe foi imposta e que a levou a parar seus estudos.

Ao refletir acerca dos dados coletados, recebe-se a preciosa informação de que uma aluna, da mesma unidade escolar, mas de período diferente,

poderia ajudar com a pesquisa, visto manter contato com a ex-aluna e sua avó, familiar mais próximo a ela.

Em breve entrevista, na qual a aluna será mantida no anonimato por se tratar de menor de idade, contribuiu com novos fatos (dos quais a turma não tinha conhecimento) que revelavam outros motivos para o abandono dos estudos e da situação atual da menina.

Contou que por ter se envolvido em romance breve (ficou) com um aluno, sem que ele soubesse de sua orientação sexual, este quis agredi-la quando soube de sua condição de trans. Esta razão, aliada a outras, a fez deixar de frequentar as aulas.

Quando questionada sobre a atual situação da garota, a aluna respondeu que ela está participando de encontros terapêuticos, oferecidos pelo Hospital das Clínicas de São Paulo (HC) para transexuais que objetivam a cirurgia de mudança do sexo biológico, e, como é vetado faltar, ela parou de trabalhar para frequentar os encontros. Acrescentou, ainda, que a menina está muito revoltada por não se ver como menino e ter que utilizar uma carteira de identidade que a trata desta maneira (por ser menor de dezoito anos ela não consegue alterar os documentos).

Ampliando a conversa, a aluna contou que a menina vive com a avó, que detém a sua guarda, e o companheiro desta. O pai está preso e a mãe a abandonou aos cuidados da avó, que sobrevive da venda de doces na porta de uma igreja, nas imediações de sua residência. Contou, ainda, que há uma preocupação, por parte da garota, quanto a possível saída do pai, ainda que temporária, pois ele desconhece sua transexualidade, temendo sua reação. Falou que nas vezes em que o pai foi visado, o fez vestido como menino, mas não se vê dessa forma, todavia o fez para evitar constrangimentos ao passar na revista e por não querer expor o pai na comunidade carcerária, e, desde então, parou de visitá-lo.

Na conclusão da entrevista, a aluna fez uma revelação que acendeu todas as luzes de alerta: contou que a menina está usando drogas e frequentando baile “funk”.

Depois de tantas novas informações com relação à aluna do ensino fundamental, migrou-se para a do ensino médio, na expectativa de um quadro melhor, pelo menos em relação aos alunos (as) que estudam na mesma sala. Mas, antes, o foco voltou-se para a aluna.

Ela concedeu uma entrevista onde contou sua luta contra todas as formas de preconceitos que vivenciou, superadas com certa brandura devido ao apoio recebido dos pais, visto terem entendido sua condição e, decididos, passaram juntos pelas dificuldades que a vida lhes reservou.

Contou as experiências compartilhadas com amigas “trans”, que se renderam às drogas e à prostituição, fruto das dificuldades trazidas por preconceito e homofobia, das agressões vividas durante e depois de programas realizados. Este fato foi narrado numa esfera de comoção.

Recuperada, ela falou que se livrou deste fim porque os pais insistiram para que fizesse um curso profissionalizante, do qual tira seu sustento e sorriu. Está frequentando palestras no HC e espera ser incluída na lista de aptos à cirurgia: “Será o dia da minha vida” - disse com um largo e radiante sorriso.

Quando o assunto passou à escola, a aluna não escondeu sua frustração com o ambiente e postura da maioria dos professores (as), bem como de alunos (as): “- São Poucos os que respeitam” - afirma. As piadas são tantas, que ela se quer consegue enumerá-las, e são cruéis, a ponto da aluna fazer uma longa pausa para continuar a narrativa.

As informações sobre como ela se sente no ambiente escolar despertaram-me a curiosidade de saber se a turma (que pareceu bem madura e equilibrada, por ser uma turma de EJA) tinha a mesma visão passada.

A conversa discorreu tranquila, sem nenhuma anomalia. Quando em meio ao agradecimento pela atenção de todos, uma aluna levantou a mão e perguntou: “ela tem direito ao uso do banheiro feminino?”

Foi o estopim para fluir todo tipo de preconceito homofóbico existente na sala. O mar tranquilo se tornou revoltado em segundos, alunos (as) dóceis e

amáveis se tornaram hábeis guerreiros de uma cruzada cega e insana contra a imoralidade instaurada na escola.

O quadro ficou tão tenso, a ponto de trazer à tona o que leciona Dinis (2008, p 490):

[...] Um exercício de resistência exigiria ver-se de novos modos, dizer-se de novas maneiras, experimentar-se de novas formas, estranhar a imagem refletida no espelho que recorta nossas infinitas possibilidades, recusar toda miragem de identidade que nos torna limitados.

Este exercício de compreender o outro, aceitá-lo e respeitá-lo tal como ele é, foi a proposta a turma, explicando que o princípio da igualdade sempre deve ser respeitado, a fim de que todos possam desfrutar do respeito mútuo. Em meio a explicação, um aluno tomou a palavra:

“- O princípio da igualdade, professor, refere-se ao respeito mútuo, não é isso? Se assim o é, temos o direito de não aceitar que um homem use o mesmo banheiro que nossas mulheres e filhas.”

O ambiente ficou extremamente agressivo a ponto de ser necessário encerrar a entrevista com a turma. Ao sair da sala, um grupo de alunos (as) veio ao meu encontro e pediu para fazer uma foto com a aluna, pois gostariam que essa fosse anexada ao trabalho, para que ficasse claro que eles (as) são contra qualquer tipo de preconceito (Anexo 3).

MAR DE MONSTROS:

Ao iniciar o contato com os/as professores (as) da escola foram expostos o propósito do trabalho e a razão da entrevista com eles. A priori, todos/as ouviram atentos. Ao término de minha exposição, a maioria, com polidez, foi se desculpando e saindo da sala de professores (as). Alguns, dos que ficaram, permaneceram calados e outros, dos que aceitaram conversar sobre as alunas, se dividiam em dois grupos: 1) os que entendiam se tratar de mais um

aluno em sala de aula e que a decisão de como conduzir a vida era uma coisa de foro íntimo e; 2) os que optaram por fazer piadas de gays.

Alguns, ao perceberem ser um tema importante, após algumas risadas, decidiram se posicionar de maneira politicamente correta com frases de efeito, tais como: “Todos merecem respeito”. Entretanto, a surpresa maior foi quando a professora, que armou todo o mal estar com a aluna do ensino fundamental, fez a seguinte afirmação: “O problema com esta escola é o preconceito que impera nas entrelinhas”.

Não há como contestar a afirmação feita por ela, tendo em vista sua atitude com a aluna em sala de aula, e todos sabiam de sua postura junto à estudante.

Quando tudo parecia caminhar para o final, um professor sentenciou: “O problema é aquele ‘viadinho’, filho da puta, que alguns insistem em defender”. A partir daí, as piadas e as risadas voltaram, o que não permitiu dar continuidade à entrevista. Quem são as pessoas que estão formando o futuro do Brasil, a “pátria educadora”?

Stuart Hall (1992, p 1) escreveu:

[...] A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Ao sair da sala dos professores, foi possível perceber que esta perda de referencial não é só uma crise da identidade heteronormativa, é, também, um abismo à abertura de discussão da identidade homossexual, visto que os (as) educadores (as) se negaram debater ou contribuir com o fim da estereotipação corrente e, tampouco, com o fim do preconceito homofóbico dentro da escola.

CONCLUSÃO:

O FIM DE UM MAR DE ILUSÕES:

No início deste trabalho, tudo indicava ser a escola, que serviu de laboratório, um ambiente acolhedor e de ampla aceitação aos alunos (as) que pertencem à comunidade LGBT. A presença de alunas “trans” na escola e a “liberdade” como os alunos gays e alunas lésbicas transitavam e se postavam deu a clara impressão de que havia encontrado um oásis em meio ao deserto do preconceito, em sua ampla gama de adjetivos danosos a uma sociedade livre.

Mas, como apresentado na pesquisa, tudo foi uma ilusão momentânea. A realidade que se desvelou durante a mesma foi a de um local cruento no tratamento à comunidade LGBT.

A análise do PPP e a negativa da gestão em tratar do tema já demonstrou a total indiferença que tem uma origem (a gestão) e uma diretiva (o PPP) dentro da escola, o que sedimenta o comportamento homofóbico de professores (as) e alunos (as) e cerceia os direitos adquiridos.

Em tempos de pós-modernidade e avanços sociais em favor da igualdade, em uma escola que se fecha às normas já impostas – Constituição, leis, programas e cartilhas – e as contraria, não há como acontecer uma educação libertadora, não existirá uma sociedade que vise o fim das diferenças, seja ela qual for, entre seus membros.

Diante do que se observou neste estudo urge três passos iniciais: 1) – um trabalho sistemático na formação da identidade de cada indivíduo valorizando, independente de sua orientação e opção sexual, para que suas

potencialidades possam ser desenvolvidas plenamente; 2) – Que os (as) educadores (as) sejam preparados para contribuir de forma não preconceituosa a cada educandos (as); 3) – A realização de oficinas que esclareça toda a comunidade escolar sobre a diversidade, a formação da identidade, da democracia e do respeito ao outro. Não só a escola que serviu de base para este artigo, mas a todas as escolas da rede pública e particulares do estado de São Paulo.

Por fim, quero usar a expressão da aluna do ensino médio, ao citar Raul Seixas:

“Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONELLA, Alcino Eduardo. **Identidade e Pessoaalidade**. ethic@. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, v. 8, 2012.

BRASIL. **Brasil sem homofobia**. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate a Discriminação. 2004.

BRITO, António José de. **Contradição e identidade**. Studium Generale, Porto, vol. 12(1968/69), p. 117-132.

BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CAVALCANTI, Jauranice R. **A construção discursiva da identidade**. Signo. Santa Cruz do Sul v. 35, 2010.

COSTA, J.F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DINIS, Nilson F. **Educação, relação de gêneros e diversidade sexual**. In Educação e Sociedade; Campinas. Vol. 29, nº 103, p 477 – 492. mai/ago 2008.

FOUCAULT, M. **Da amizade como modo de vida**. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>. Acesso em 29/07/2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tadeu Tomaz da Silva e Guacira Lopes Louro. RJ. DP&A Editora, 1º ed. 1992. 11º ed. 2006. p 102.

LARROSA, J. **Tecnologias do Eu e educação**. In: SILVA, T.T. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 40.

MIGUES, Darwin Franco. **Identidade, diversidade**: praticas culturais em pesquisa. Comunicación y sociedad, v. 15 p. 195 - 198, 2011.

MOLINA, Luana. **Pluralizando a arte de amar**: a homossexualidade e a historiografia da trajetória do movimento homossexual. In MÉTIS: história & cultura – v. 10, n. 20, jul./dez. 2011.

NÓVOA, Antonio. Revista Nova Escola. Seções, Edição 215, setembro 2008.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992. p. 200 a 212.

ROLNIK, S. **Cidadania e alteridade**: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: SPINK, M.J.P. (Org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 157-176.

SOUZA, Laurinda F. de. **A formação da identidade numa perspectiva educacional**. Dissertação de Mestrado. FVG. Rio de Janeiro, 1980. p. 126.

WELCH, Sharon. In: **Pluralizando a arte de amar**: a homossexualidade e a historiografia da trajetória do movimento homossexual. In *MÉTIS: história & cultura* – v. 10, n. 20, jul./dez. 2011.

ANEXO:

Anexo 1: Questionário com alunos (as).

- 1 – Você sabe o que significa a sigla LGBT?
- 2 – Você sabe o que são minorias?
- 3 – Para você, existem alunos (as) na escola que se enquadrem neste perfil? Você saberia ou conseguira identificá-los?
- 4 – Como você os (as) vê?
- 5 – Existe, em sua opinião, algum problema em os (as) colegas frequentarem a sala de aula ou a escola?
- 6 – Percebe algum tratamento diferenciado de professores (as) com eles (as)?
- 7 – O comportamento dos (as) alunos (as), em sua opinião, é adequado ou necessita de adequações?
- 8 – Os seus familiares sabem da existência de uma transexual na escola?
- 9 – Como reagiram quando souberam?
- 10 – Fizeram alguma recomendação quanto ao trato para com ela?

Anexo 2: Questionário com professores (as).

- 1 – Qual sua postura frente aos alunos homossexuais?
- 2 – Para você, existe alguma dificuldade quando um (a) aluno (a) apresenta uma opção sexual diferente à normativa?
- 3 – Você participou da formulação do PPP?
- 4 – Por que não existe uma única linha sobre a questão homoafetiva neste documento?
- 5 – Como o corpo docente trata a questão da homofobia?
- 6 – Existe alguma postura coletiva contra este tipo de preconceito?
- 7 – Que tipo de orientação é passada, pelos docentes, aos (às) alunos (as) para evitar atitudes maus tratos aos (às) alunos (as) LGBT?
- 8 – Existem duas alunas transexuais na escola. Você as conhece?
- 9 – Como ocorre, se ocorre, a relação professor-aluno?
- 10 – Você conhece os direitos do aluno homossexual?

Anexo 3: Foto

